

UM FILME, UMA ROSA E O CORPO, PENSAR E DEFINIR: PROVOCAÇÕES FILOSÓFICAS

A MOVIE, A ROSE AND THE BODY, THINKING AND DEFINING: PHILOSOPHICAL PROVOCATIONS

Paulo Sérgio Raposo da Silva¹
Maria da Conceição Xavier de Almeida²

RESUMO

O nome da rosa é, para além de uma obra que ilustra o mundo europeu medieval e o poder exercido pela Igreja Católica da época, um filme para refletir sobre os tipos de racionalidade, relações de poder que esses tipos de racionalidades produzem e seus equívocos. Ao refletir sobre essas questões a partir de uma reconstituição histórica verossímil, as reflexões produzidas pelo longa podem levar a uma atitude de reelaboração epistêmica das posições que assumimos ao interpelar o mundo, à medida que instiga a rever conceitos, refazer ideias, reelaborar perspectivas, ampliar o modo de ver o corpo e a racionalidade. Para interpretá-lo desta maneira, fizemos uso de uma revisão bibliográfica qualitativa a fim de destacar pontos nem sempre considerados como fundamentais, mas que se impõem política, social e culturalmente.

Palavras-chave: definir; interpretar; corpo; racionalidade.

ABSTRACT

The Name of the Rose is not only a work that medieval European world and the power exercised by the Catholic Church of the time, a Catholic Church of the time, it's a film for reflecting on the types of rationality, power relations power relations that these types of rationalities produce and their misconceptions. By reflecting reflect on these issues from a credible historical reconstruction, the reflections produced by the feature film can lead to an attitude of epistemic reworking of the positions we take when

¹Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integrante do Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM-UFRN). Natal, Rio Grande do Norte. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3558-3448>. E-mail: pauloraposo10@gmail.com.

²Doutora em Ciências Sociais (Antropologia) pela PUCSP. Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, Rio Grande do Norte. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1850-5288>. E-mail: calxmeida19@gmail.com

questioning the world, as it concepts, rethinking ideas, reworking perspectives, broadening the way we see the body and rationality. way of seeing the body and rationality. To interpret it in this way, we made use of a qualitative bibliographical review in order to highlight points not always considered fundamental, but which are politically, socially and culturally important.

Keywords: define; interpret; body; rationality.

Artigo recebido em: 08/02/2025

Artigo aprovado em: 25/03/2025

Artigo publicado em: 25/04/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v12.5823>

1 INTRODUÇÃO

Lançado em 1986, *O nome da rosa* dirigido por Jean-Jacques Annaud é baseado no romance homónimo do crítico literário italiano Umberto Eco e conta a história de um mosteiro em desordem por causa de uma sucessão de homicídios de padres que acontecem no seu interior. Ambientada no século XIV, a história retrata o contexto medieval de dominação da Igreja Católica que, ao instituir seus dogmas, determinava grande parte das relações sociais e das referências morais, epistemológicas, ideológicas, estéticas e políticas daquela Europa.

A trama começa e termina sendo narrada em tom nostálgico por Adso de Melk que, já na maturidade, ao refletir sobre o tudo que havia acontecido consigo e seu mestre-tutor, Guilherme de Baskerville, chega a conclusões que, naquele passado, na combustão dos acontecimentos, foram impossíveis. Uma Europa de inverno severo, de pobreza e franca expansão do império eclesiástico é o contexto em que as cenas se desenrolam. As concepções religiosas da época, as relações de poder entre pessoas comuns e clérigos, a arquitetura de caráter gótico e românico do medievo são muito bem representadas pela fotografia do longa, o que torna o filme um retrato ainda mais próximo dos tipos de organização social e cultural da época.

Adaptada fundamentalmente no interior de um mosteiro partilhado por beneditinos e franciscanos, a narrativa exhibe experiências místicas do século em que se insere e expõe os tipos de raciocínios eram possíveis a partir da expansão absoluta do poder político-social da Igreja. Ao retratar do cotidiano daqueles religiosos, quase todos fechados em si mesmos e em suas doutrinas, ideias e suposições acerca dos fatos e do que se pode chamar sobrenatural, como exata reprodução da parte do todo, o filme mostra os efeitos negativos que uma racionalidade fechada em torno dos seus próprios pressupostos produz. Incapaz de rever pontos de vistas e aceitar o debate que consiga rever pontos de vistas, esse tipo de racionalidade nada mais é do que um modo de ignorar porções significativas da realidade, já que não se permite olhar para fora dos limites autoimpostos por uma lógica que existe apenas para confirmar ortodoxias.

Em *O nome da rosa*, a média dos religiosos é formada por pessoas intransigentes. A racionalidade que se destaca é a racionalidade dogmática. As pessoas que não fazem parte dessa religiosidade são tratadas com desdém. A estas pessoas nem o direito à palavra era possível. Essa interpretação da realidade hermética gera convicções que são apenas fabricações artificiais do real, nada mais do que fabricações cuja existência serve apenas para confirmar os próprios preconceitos, enquanto a maioria padece dependendo da própria da sorte, sob o peso do analfabetismo e da miséria social. A fome e o analfabetismo predominante do lado de fora do mosteiro eram proporcionais aos privilégios gozados pelos monges, que, apesar de privilegiados, participação de uma organização interna também estratificada. A suntuosa biblioteca do mosteiro, por exemplo, era de acesso exclusivo e nem todos os livros podiam ser lidos, afinal, seja nos livros ou por entre as sombras dos cômodos, estavam tanto os segredos mais íntimos dos católicos representados como as respostas para os misteriosos assassinatos que haviam instalado a desordem no lugar.

Mesmo sob os efeitos dessas restrições, os franciscanos Baskerville e Adso adentram à biblioteca e passam a observar o lugar, os gestos, as atitudes e volta a atenção a alguns livros, aqueles que eram tratados com um certo tipo de distinção.

Essa maneira de tratar esses livros despertou a curiosidade epistemológica de ambos. Justamente por isso, a presença dos dois é considerada incomoda por aqueles que frequentavam e administravam o lugar de estudos, como se os franciscanos pudessem desvelar aquilo que deveria permanecer oculto para que a organização institucional, atravessada por problemas, permanecesse como estava e as mortes dos confrades nada significasse em relação a importância de manter inacessível aquele ambiente, ou seja, manter inacessível o conhecimento e a possibilidade de pensar diferente.

São as sagacidades e perspicácia do frei Guilherme que contrapõem a hegemonia do pensamento sincrético dos seus colegas, seja na percepção mais aguçada da realidade que o frade tem, seja por causa da sua capacidade de perseguir pistas e deduzir a partir de cálculos matemáticos e raciocínios lógicos, que as evidências mesmas se lhe apresentam. O contraste entre essa maneira de operar do frei com a dos seus colegas religiosos é tão significativo que Baskerville assume, para um certo tipo de imaginário comum, o papel de herói, afinal serão ele e Melk os responsáveis por desfazer os enigmas que envolvem as mortes no mosteiro. Aquilo que era atribuído a uma ação maligna perde a sua força mística e assume a forma material de um objeto em direção do qual o espírito científico poderia se voltar.

A perspicácia e a sagacidade dos franciscanos oferecem um repertório de análise mais amplo do que o repertório dos outros que se mantêm fechados na própria concepção religiosa; são essas faculdades, aliás, que possibilitam ao frei escapar de análises rápidas e de contentar-se com explicações tão rápidas quanto óbvias naquele contexto. O que então era projetado para outra dimensão e se tornava inalcançável perde a sua abstração e volta à dimensão à qual pertencia, já que dizia respeito as relações interpessoais: o regime da vida imanente. É assim, também, que Baskerville se torna capaz de discernir entre aqueles que estão falando a verdade ou não, bem como estabelecer relações de causa e efeito, cálculos e argumentações que o permitem olhar para elementos no cenário que são determinantes para começar a entender as causas das mortes em série naquele lugar.

De modo geral, são compreensões bíblico-teológicas que determinam a percepção de mundo daqueles católicos e os papéis sociais que cada pessoa deve desempenhar no mundo, inclusive as do sagaz Guilherme de Baskerville que, mesmo estando racionalmente à frente do seu tempo, não conseguia dar um passo além do que aquele que a Igreja e sua obediência aos credos permitiam. A ausência de outro poder e de uma instância moderadora que intermediasse a relação entre a religiosidade daqueles sacerdotes e a cidade confere àquela cristandade a liberdade de que precisavam para formular julgamentos arbitrários e manipular as necessidades básicas das pessoas como lhes convinha.

Quaisquer raciocínios que não operassem segundo os ditames das crenças e das superstições dos clérigos tornavam-se modos de pensar suspeitos, de modo que, quanto mais impermeável, menos a razão religiosa percebia suas limitações e realidade dos fatos acerca das mortes ocorridas entre os fiéis. Se isso se mantivesse apenas entre eles, seria um problema apenas daqueles senhores, mas não: além de definir as relações internas do mosteiro, pensar como eles pensavam, interpretar como eles interpretavam, e, a partir disso, agir como eles agiam, refletia direta e negativamente na qualidade de vida das pessoas que viviam fora daqueles muros, erguidos para separar os autorreferenciados justos dos miseráveis e preconceituosamente tratados como pecadores.

Curioso é que no interior de uma mesma fé podem existir várias maneiras de apreender as realidades: a atitude religiosa reflexiva do sacerdote franciscano, que amplia horizontes, aceita outros quadros de referência e outros pressupostos, e a postura hermética de religiosos que, nas palavras de Giorgio Agamben (2007), “subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada” (Agamben, 2007, p. 65), são expressões da variação religiosa que compõe a institucionalização da espiritualidade das pessoas. Esse contraste é uma realidade da vida religiosa lança os desafios aos pesquisadores, que, na sua busca por entender a religiosidade, devem adotar aquilo que Giovanni Filoramo e Carlo Prandi (1999, p. 22)

denominam “ateísmo ou agnosticismo metodológico”, isto é, uma abordagem que não tome como absoluto nenhum método a priori, já que a religião acontece à medida que os religiosos a experimentam histórica, psíquica, cultural, social e antropologicamente.

O que serve como alerta aos estudiosos das Ciências da Religião é um alerta também a todos aqueles que querem ter sobre as coisas que estudam uma interpretação adequada. A primeira forma religiosa percebe nuances, detalhes e provas que conduzem à verdade acerca do caos que houvera se estabelecido, enquanto a segunda, aquela que predominava entre os religiosos, prefere manter-se exclusivamente fiel aos pressupostos da fé para interpretar o mundo e as circunstâncias pelo filtro das suas crenças, como se tudo que estivesse disposto devesse adaptar-se aquilo que fundamenta a religiosidade que praticam. A prática científica, mesmo que atravessada por motivos religiosos, não pode perder de vista o imperativo ético de privilegiar a verdade, apareça como esta aparecer.

O que este artigo pretende é fazer uma leitura da cinematografia e aplicar essa leitura às experiências científica e de mundo dos seus leitores. Essa leitura será feita por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa. Feita a leitura, este texto almeja ser um lembrete de que, conforme Edgar Morin (2015) sustenta, nossos esforços para traduzir a realidade sempre serão insuficientes. Por esse motivo é necessário assumir a modéstia como forma de constituir saberes e a disposição à conjunção daquilo que foi separado artificialmente, mas não deveria, dado que pode ser parte substancial do tema que se estuda. Como descobrir se essa parte é ou não tão decisiva assim costuma ser uma consciência a que se chega somente depois do percurso reflexivo ter sido feito, melhor não decompor, não separar, não afastar o que ou quem circundam o que se estuda. Se circundam, habitam o mesmo espaço. Habitando o mesmo espaço histórico e político como um corpo, torna-se copartícipe na tessitura da realidade experimentada.

Que os erros cometidos pelos religiosos do filme e do romance de Umberto Eco não sejam os mesmos erros de pesquisadores e pessoas reais em suas circunstâncias

históricas. É necessário insistir em uma racionalidade aberta, e a escrita deste artigo foi uma maneira encontrada para continuar insistindo nessa abertura. O leitor, claro, poderá aferir os argumentos e discordar dos postulados deste trabalho, mas isso não será um problema. Pelo contrário, será mais um dos objetivos idealizados quando este trabalho foi pensado, e poucas coisas podem ser mais pertinentes à ação reflexiva no mundo, haja vista que, segundo Bruno Latour (2012), “saber passar de um quadro de referência a outro, de um posto de observa ao a outro. Sem esses deslocamentos, ficaria limitado a meu próprio ponto de vista para sempre” (Latour, 2012, p. 212). Então, que a leitura sirva para mobilizar o pensamento.

2 A ROSA IMPORTA MAIS DO QUE A DEFINIÇÃO

Embora exerçam uma piedade liturgicamente rigorosa, muitos dos religiosos do mosteiro cometem erros condenáveis pela própria moral que defendem, porém são incapazes de formularem a necessária autocrítica. Ao invés de voltarem-se primeiro para si, perseguem e proscvem os poucos confrades que pensam diferente. Essa postura mantém os desvios éticos mais graves e imperceptíveis, posto que, incapazes de perceberem a si mesmos, os padres encontram na figura do diabo o álibi ideal para dissuadir acerca da própria corrupção que caracterizava a igreja representada pelo mosteiro. Deus, a semelhança do seu oposto usado como álibi, também servia muito bem aos interesses daqueles que, na narrativa, ao justificar seus instintos, utilizam-se de argumentos teológicos para emprestar algum tipo de razoabilidade e coerência ao que fazem.

No filme, Deus e o diabo, aliás, configuram-se como lados de uma mesma moeda que é a conduta perversa daqueles cristãos que, assassinando colegas em defesa de uma religiosidade sectária ou insurgindo-se contra lampejos de uma racionalidade mais ampla, criaram em torno de si mesmos um espectro de mentiras e indecências que volta-se contra seu próprio ordenamento, de modo a comprovar que “a oposição

sagrado/profano traduz-se muitas vezes como uma oposição entre real e irreal ou pseudo real” (Eliade, 1992, p. 14), ou seja, transforma-se em um jogo de conveniências cujos participantes manipulam os termos da partida para satisfazer suas próprias taras, expectativas e credos. Enquanto se procurava culpados fora das relações concretas, a religiosidade de recrudescia mais e nada se resolvia.

O diabo ou os demônios usados de modo geral pela cosmovisão cristã como sujeitos podem ser, na verdade, objetos dos quais se lança mão para fazer acepção de pessoas e construir ambientes cujas formas são, sim, diabólicas, mas no sentido etimológico mais preciso do termo — como aquilo que separa. Se existem ou não como entes, apenas a fé de cada religioso pode afirmar com certeza. Todavia, ninguém que seja minimamente informado pela história das religiões que usam essas figuras como responsáveis pelos males do mundo, pode ser ingênuo ao ponto de acreditar que, mesmo inexistindo, as pessoas têm o poder de, segundo Rubem Alves (2014), usá-las como fonte de tormento e manipulação:

os demônios continuam soltos pelo mundo do jeito que sempre estiveram. Só que agora fazem uso de disfarces. Até se rebatizaram com nomes diferentes, científicos. [...] Não sou eu que ponho demônios dentro dos homens. São eles, os homens, que os chamam, alimentam e abrigam. Eu só abro os quartos e os demônios saem (Alves, 2014, p. 15, 116).

Mesmo sendo assim, seria ocupar um lugar-comum analisar a obra apenas a partir de questões religiosos para tecer críticas à religiosidade da época e a esse estado de coisas dominado pelas doutrinas medievais. O filme tem outras coisas a dizer sobre nós mesmos; sobre nós, crentes e não crentes, qualquer um de nós que se considera dono de alguma verdade sobre o mundo que seja indiscutível. É um engano metodológico, epistemológico e político pensar ter sobre as coisas e as pessoas as definições prontas e acabadas, pois, ao operar o pensamento, podemos estar sendo movidos por diabos feitos por nós mesmos, que se apoderam da nossa mente e a cauterizam, já que os diabos são especialistas em ideias, ideias obsessivo-compulsivas (Alves, 2018).

Anote isto: nós, seres humanos, somos os animais que se alimentam do que não existe. Se nos alimentamos dos inexistentes chamados anjos, então nos tornamos seres alados. Voamos leves e sorrimos. Mas, se nos alimentamos dos inexistentes chamados demônios ficamos pesados e afundamos. Ora, se esses seres que não existem, imaginários, nos fazem voar ou afundar, é porque existem. Sabemos que existem por aquilo que fazem conosco. [...] Cada demônio é uma monstruosidade estética. Cada um deles encarna um estilo de horror. Possuídos, vamos ficando progressivamente horrendos como eles, até que, ao final, já não é possível dizer quem é um e quem é outro (Alves, 2018, pp. 55-56, 65).

É claro que a religiosidade da Idade Média é o ponto nevrálgico da ficção, mas esse ponto é a partida para compreender a amplitude do que ali se mostra, porque, a rigor, são as relações com o mundo estabelecidas pela razão que estão em causa na narrativa. Esta amplitude não pode ser tratada como trivial, mesmo se trazer para o centro do debate aquilo que é incômodo e ainda não pode ser totalmente decifrado, porque “a incógnita está no interior do conhecido e do que conhece. Em outras palavras, tudo que elucida se torna obscuro sem deixar de elucidar” (Morin, 2020, p. 9), de sorte que o conhecimento contém em si a margem para o mistério e para a ignorância: quantos mais sabemos, tanto mais tomamos conhecimento do que ainda desconhecemos ou desconhecíamos. Desta maneira, pensar sobre algo e interpretá-lo é um modo de revelar uma certa dose de inteligência e, simultaneamente, outra dose de ignorância, à medida que o discurso deixa de fora o que poderia estar presente, mas não esteve por limitações da linguagem, do método e da ideologia científica.

É justamente neste sentido que, mais do que um longa para refletir sobre uma religiosidade cega, *O nome da rosa* serve como espelho das nossas relações sociais e das consequências que o pensamento fechado, o modo de abordar os fenômenos e os fatos unilateralmente, contém, afinal interpretar um ou outro dado da realidade implica incidir sobre esta e, por conseguinte, transformá-la. Interpretando Heisenberg e Bohr, Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 46) assevera “que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar, e a tal ponto que o objeto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou”.

Se distanciarmos a conceituação religiosa e determo-nos aquilo que se sobrepõe como matéria de estudo, o filme serve, também, para lançar luz sobre os demônios que, “como *daimôn* de Sócrates, são entidades espirituais ao mesmo tempo interiores e superiores” (Morin, 2013, p. 8), que se apossam de nós porque nos circundam, porque as inventamos e retroalimentamos com o intuito de negar ou afirmar aquilo que está posto, aquilo que nos contraria, aquilo que evidencia nossos fracassos, nossas zonas cinzentas, tal como acontece com as ideias, as ideias obsessivas, as compulsões, a pretensão de se considerar conhecedor da realidade mesmo que esta seja multidimensional. Quantas experiências do cotidiano oferecem essa oportunidade e perdemos a chance de aproveitá-la por causa de antipatias teóricas ou ideológicas? Precisamos e devemos estar atentos a isso a fim de evitar que os preconceitos e as antipatias nos afastem do real.

Os conflitos de interpretação apresentados no filme representam o mundo em que vivemos atravessado por concepções distintas que, além de produzir diversidade, produz rupturas, divisões políticas, confrontos ideológicos, assédios, abusos e controles de consciências. Se não formos capazes de fazer a passagem daquilo que está em uma peça de ficção àquilo que vivemos a todo momento para produzirmos novos conhecimentos, ficaremos presos a pontos de vista sectários, e a diferença entre crentes e não-crentes será mais de grau do que de natureza. Aquele mosteiro é uma espécie de microcosmo, uma amostra do que de fato são as relações humanas de força e poder pelo uso da palavra, pela incursão da razão, pela imposição do lugar social de fala, pelo manejo das ciências, pela adoção de métodos e percursos na experiência que pessoas têm com o real.

Quero sublinhar que na interpretação, além do fato de que uma expressão pode ser substituída por sua interpretação, também acontece que esse processo é teoricamente infinito, ou pelo menos indefinido, e que quando usamos um dado sistema de signos podemos tanto recusar-nos a interpretar suas expressões quanto escolher as interpretações mais adequadas segundo os diferentes contextos (Eco, 2004, p. 185).

Interpretar, portanto, significa “reagir ao texto do mundo ou ao mundo de um texto produzindo outros textos” (Eco, 2004, p. 279), novas narrativas, outros mundos, e a partir disso nomear o que e quem é, positiva ou negativamente, objeto dessa reação. Por causa disso, não é outra senão “conseguir sintonizar toda a realidade de uma forma através da feliz adequação entre um dos seus aspectos e a perspectiva pessoal de quem a olha” (Pareyson, 1996, p. 226), por isso é a síntese entre o que existe e o que pode ser percebido pelos sujeitos a partir de suas referências prévias. É um empreendimento da razão, e como tal falível, limitado, frágil, potencial e igualmente criativo e danoso ao mesmo tempo, como uma moeda e seus dois lados.

Tanto a explicação do funcionamento do sistema solar, nos termos das leis estabelecidas por Newton, quanto a enunciação de uma série de proposições referentes ao significado de um dado texto, ambas são formas de interpretação. Logo, o problema não consiste em discutir a velha ideia de que o mundo é um texto que pode ser interpretado (e vice-versa), e sim em decidir se ele tem um significado fixo, uma pluralidade de significados possíveis, ou, ao contrário, não tem significado algum (Eco, 2004, p. 279).

Quando se trata da condição humana e as relações intersubjetivas, sim, existe uma pluralidade de sentidos, pluralidade esta que está intimamente ligada ao que somos ou a como nos constituímos nas relações com o mundo. O ato de nomear a partir das nossas ferramentas, nossos instrumentos de aferição, nossas referências, nossas linguagens, nosso conjunto de códigos e signos, nossa racionalidade, nossa percepção, tão limitados quanto podem ser as demais competências humanas, não revela a realidade; a inventa, porque “não conhecemos o real senão a nossa intervenção nele” (Santos, 2018, p. 46), por isso que os significados e as adjetivações feitas pelas personagens falam muito mais sobre elas mesmas do que sobre as pessoas ou casos ao quais se detém a decodificar.

Efetivamente, o espírito humano não reflete o mundo, mas o traduz mediante todo um sistema neurocerebral em que os sentidos captam um certo número de estímulos, que são transformados em mensagens e códigos por meio das redes nervosas, e é o espírito-cérebro que produz aquilo que se denomina representações, noções e ideias pelas quais ele percebe e concebe o mundo externo. Nossas ideias não são reflexos do real, mas traduções dele. Essas traduções tomaram a forma de mitologias, de religiões, de ideologias, de

teorias. A partir daí, como toda tradução comporta risco de erro, as traduções mitológicas, religiosas, ideológicas, teóricas fizeram surgir incessantemente na humanidade inúmeros erros (Morin, 2018, p. 145).

O problema é que “cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada” (Santos, 2018, p. 83). *O nome da rosa* expõe epistemologias e métodos se entrecrocando enquanto a vida segue pulsando e novos homicídios e desmandos acontecendo. Para todos os efeitos, o filme demonstra que, em dadas circunstâncias, querelas intelectuais que só se interessam em afirmar-se nada mais são do que desperdício de tempo e um dar de ombros para o que realmente importa e está acontecendo em ato.

Assim, a realidade do mundo exterior é uma realidade humanizada: não a conhecemos diretamente, mas por meio do nosso espírito humano, traduzida/reconstruída não só pelas e nas percepções, como também pela e na nossa linguagem, pelas e nas nossas teorias ou filosofias, pelas e nas culturas e sociedades (Morin, 2020, p. 23).

Ao recorrer a seu repertório intelectual e formativo, cada padre e pessoa envolvida na história constrói sua própria noção de mundo e a partir dessa noção qualifica, desqualifica, age política, moral e imoralmente. Eles representam o que acontece toda hora, aqui e agora, ali e além. As realidades que construímos e os nomes que oferecemos a tudo sobre o que nos debruçamos para estudar derivam do repertório discursivo que desenvolvemos a partir da política e da moral que entabulamos ao agir. Trata-se de uma retroalimentação cuja extensão é difícil de medir com precisão.

O que importa saber de antemão é que, tal como muitos dos demônios que permeiam o imaginário geral das pessoas, são fabricações humanas condicionadas ao tempo, ao espaço e à cultura. Isso é que possibilitam que construamos construam um real particular e tentemos torná-lo referência para todos, ou para o maior número de pessoas possível. Erro crasso, pois “o mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas” (Merleau-Ponty, 2018, p. 6). Esse tipo de erro

fundamenta o autoritarismo e as barbáries, tal como foi a própria Inquisição e são os nossos tribunais de acusação do outro político-ideológico que partilha de valores democráticos, mas condenamos só por variarem em relação ao que somos.

Preocupados demais com nossas ideias, esquecemos que a coisa em si, mesmo que não tenha nome, importa mais. Preocupados demais em definir, esquecemos de experimentar. Preocupados demais em descobrir as verdades, esquecemos das rosas. Privilegiamos ortodoxias, doutrinas, sistemas de pensamento, estruturas discursivas, prestígio intelectual e acadêmico, reconhecimento entre pares e interessados pelos mesmos temas de pesquisa enquanto forçamos os fenômenos a se adequarem à nossa gramática, o que nos faz agir contra a verdade mesma daquilo que tentamos descrever ou conceituar por meio do nosso arsenal teórico-conceitual, afinal, para todos os efeitos, “o que um campo permite afirmar, um outro campo pode contradizer sem que por isso um dos testemunhos seja falso, ou sem que as duas situações possam ser julgadas intrinsecamente diferentes” (Stengers, 2002, p. 170).

Há miséria e fome na Itália retratada no filme, mas, mesmo assim, a Igreja segue ampliando seu império, explorando as consciências e indiferente aos efeitos dessa exploração. Seu poder e sua persuasão fazem as críticas dos franciscanos terem uma força quase nula. Protegido pelas regras e doutrinas administradas por si mesmo e fortalecido pelo pavor que a Inquisição impunha a todos quantos ousassem desafiar a sua autoridade, o catolicismo descrito parecia indestrutível, porém as obsessões dos sacerdotes traduzidas na incapacidade de mantê-los fiéis às normas a que juraram lealdade corroem essa indestrutibilidade, que era apenas aparente. Em meio a essa tragédia social, Adso conhece uma moça que faz parte daqueles que amargam a pobreza extrema decorrente do descaso da igreja.

Ela e os seus familiares vivem à margem, alimentando-se de sobras ou daquilo que consegue obter dos clérigos depois que estes a usam como objeto sexual. Adso apaixonou-se por ela e sente e faz desabrochar aquilo que sua religiosidade sempre interditou: o desejo. Isso o desestabiliza e mobiliza suas noites, seus olhos, seu corpo,

suas pulsações, sua percepção justamente por causa da potência daquela rosa, sem nome, incapaz de formular frases e pronunciar palavras, contudo atraente, misteriosa, deslumbrante, inebriante, impossível de esquecer.

Por causa da mentalidade pervertida de alguns dos religiosos retratados no romance, a rosa era apenas um meio para satisfazer desejos reprimidos e um alvo sobre qual aqueles mesmos sacerdotes que com ela satisfaziam suas taras projetavam seus demônios. Sem nome, sem direito à fala, sem ter como falar, ela era apenas usada. É a paixão que nasce da troca de olhares, do perceber como gente um ao outro, de uma transa rápida que retira aquela mulher do apagamento social produzido pelo poder eclesiástico e a traz para o centro das atenções. A experiência de corpo um com outro é o que expõe a verdadeira identidade daquela mulher.

Essa experiência tida por Adso é uma forma de mostrar que, sim, a corporeidade é a nossa condição de sermos nós mesmos no mundo e, ao exercer nossa personalidade, dizer verdades, demarcar espaços vitais, reconfigurar pontos cardeais, abrir novas trilhas, pois os sentidos e, em geral, o corpo próprio apresentam “o mistério de um conjunto que, sem abandonar sua ecceidade e sua particularidade, emite, para além de si mesmo, significações capazes de fornecer sua armação a toda uma série de pensamentos e de experiências” (Merleau-Ponty, 2018, p. 178):

o corpo em movimento federa os sentidos e os unifica nele. Essa visão corporal global e esse toque, cujo maravilhoso poder de transubstanciação transformam o paredão rochoso em matéria mole e fibrosa, continuam sempre a produzir encantamento, mesmo na ausência tácita de linguagem e música (Serres, 2004, p. 15).

Sem saber ao certo o que estava sentindo depois de experimentar a potência do corpo e da sua dupla função — epistemológica e ontológica — o poder de ser tocado e excitado por outro corpo, por outra pessoa, ali mesmo vista e sentida como pessoa, o jovem aprendiz de franciscano reelabora suas concepções teológico-filosóficas. Inquieto, quase que desesperado por estar sentindo no corpo o que jamais havia experimentado, o jovem buscar orientação com seu tutor que, por sua vez, interpreta

aquela ebulição também do ponto de vista que suas limitações teóricas permitiam. Nenhum dos dois reconheceu a experiência do contato direto com sujeitos e objetos como fonte direta de significados. Relativizaram a relação e permaneceram sem muitas respostas acerca do todo, que, obviamente, não se circunscrevia aos muros do mosteiro.

A rosa continuou sem nome e sem fala, mas, em todo o esplendor próprio da corporeidade que ninguém podia tirar, afetando Adso, perturbando sua fé, contorcendo suas ideias, fazendo-o ir além e conseguir contrapor-se a ordem religiosa a que pertencia ao ponto de fazê-lo defender pontos de vistas ousados que, em dadas circunstâncias, fizeram frente a seu mestre e o fizeram resistir aos seus aconselhamentos. Dentre as várias verdades que procuravam para desvendar os assassinatos e as turbulências do mosteiro, a verdade do corpo foi ignorada. Ao ser ignorada, só poderem saber um pouco sobre muito que havia para ser descoberto. A transa foi mais do que um encontro entre dois corpos; foi o encontro entre dois sujeitos com histórias, culturas, emoções e percepções distintas, que, não precisaram trocar palavras para se reelaborarem. Se tivessem mais tempo juntos, poderiam ampliar seus horizontes pelo entrecruzamento mesmo de experiências corporais diferentes, porém incontornáveis.

A trama se desenrola e as causas de cada assassinato começam a ser descobertas, as máscaras clericais começam a cair e as racionalidades outrora autossuficientes vão sendo expostas ao ridículo, ao passo que um destacamento da Inquisição chega para investigar e julgar a desordem que havia se instalado no mosteiro. Enredada pelos próprios sacerdotes que a usavam, a rosa é capturada pelo tribunal e, juntamente com os demais padres desviantes, é condenada à fogueira como bruxa, como portadora do mal, o imã para aquelas tragédias. Um duplo erro: o corpo tratado como coisa qualquer a ser dispensada, mesmo sendo a condição de existência dos humanos, e o cinismo responsável por criar demônios no outro ao invés de reconhecer os próprios.

Ao se deparar com esse mundo e a realidade que esse tipo de racionalidade havia produzido, Adso de Melk, movido pela paixão que a rosa fez brotar, lança dúvidas sobre aquela fé, que também era e é um tipo de racionalidade, e sobre os julgamentos que essa racionalidade impõe às outras pessoas. Sem dizer nem sequer uma palavra, a rosa transformou em sagradas as delícias do corpo de tal maneira que foi capaz de mudar a mentalidade do jovem monge e sua percepção. A relação intersubjetiva entre os dois qualificou, ao contrário daquilo que seus mestres poderiam assegurar, sua experiência religiosa, sua compreensão, suas perspectivas, sua própria espiritualidade, ao ponto de fazê-lo questionar tudo que estava prestes a ocorrer e, à medida do que lhe era possível, lutar para que seu envolvimento com a rosa que não precisou ser nomeada para acontecer não fosse carbonizada pelas chamas daqueles que só conseguiam interpretar demônios nos outros.

Como ataque ao corpo, a fogueira era também um ataque existencial, um ataque contra o que nos humaniza, contra o que pode realmente nos elevar, um ataque contra o que podemos produzir de melhor, um ataque contra o amor, que “é o grande mágico, o demônio que une céus e terra e torna os seres humanos tão inteiros, tão completos em seu ser, que, uma vez unidos, não podem ser derrotados” (Federici, 2019, p. 67). Vários foram os nomes e as classificações que deram à rosa, tão vítima quanto incapaz de se defender, tão usada pelos que a julgavam quando incapaz de dizer seu nome, tão frágil quanto uma pétala pode ser. Tudo isso por culpa das ideias, das crenças, da vontade de possuir a verdade e fazê-la prevalecer. O ataque àquela rosa era a expressão, a reprodução de um modelo de expansão do poder masculino absoluto e da tentativa de fazer prevalecer uma só corporeidade, para tomar de assalto a soberania do corpo sobre os poderes instituídos, a linguagem e o pensamento:

nas fogueiras não estavam apenas os corpos de ‘bruxas’, destruídos; também estava todo um universo de relações sociais que fora a base do poder social das mulheres e um vasto conhecimento que elas haviam transmitido, de mãe para filha, ao longo de gerações — conhecimento sobre ervas, sobre meios de contracepção ou aborto e sobre quais magias usar para obter o amor dos homens (Federici, 2019, p. 72) [aspas da autora].

Todas as tentativas de salvar a rosa feitas por Adso, todas as argumentações, os preceitos basilares da fé cristã aos quais ele apelou para fazer com que se compadecessem da moça, foram em vão. O interesse era destruir aquele corpo que dizia tudo que precisava ser dito. A rosa vai à fogueira. Mesmo sem falar, apenas com o corpo, a rosa transformou, como nada havia conseguido até então, a experiência religiosa e de pensar de um religioso que estava sendo formado sob a égide daquela mesma rigidez que matava por convicções facilmente cooptadas pela hipocrisia. Enquanto o prazer mórbido dos algozes se realizava ao ver a pirotecnia da morte dentro do mosteiro — a verdadeira morada dos demônios daquela história — Adso de Melk e Guilherme de Baskerville se desvencilhavam dos labirintos que a investigação sobre o que ali estava acontecendo. Os dois encontram o sacerdote, em cuja mente seus demônios tinham construído um pandemônio. Esse senhor leva suas obsessões até as últimas consequências e, em vez de ceder ao flagrante e confessar sua corrupção, dobra a aposta e deflagra um incêndio na morada dos monges.

O incêndio assusta a todos e as atenções que estavam voltadas para o corpo da mulher que ardia em chamas, voltam-se para o monumento indo à ruína. A rosa, amaldiçoada pela hipocrisia, salva-se, e o ambiente antes abençoado como a morada de Deus, vai ao chão pelo mesmo fogo que tentou expurgar lá fora os diabos que estavam dentro, na mente, nas ideias, nos preconceitos, no arcabouço teórico e teológico-filosófico daqueles que se consideravam espiritualmente superiores. O fogo no lugar certo mostrou que as definições estavam erradas, que os julgamentos eram arbitrários, as nomeações das coisas e das pessoas distorciam as verdades, as certezas e maneiras de pensar de muitos daqueles, ainda que bem estruturadas por seus sistemas de códigos e signos, viraram cinzas com o edifício. Onde aqueles religiosos celebravam seus sagrados davam guarita a seus demônios.

3 DEFENDA AS ROSAS, NÃO AS IDEIAS SOBRE ELAS

Os nomes que podemos emprestar àquilo que nos propomos investigar e àquilo com que nos relacionamos são tão variados quanto diversos são os métodos de que lançamos mão. Por isso, definir é uma ingerência e, como tal, além de questionável e suscetível à subversão, à contradição, à reelaboração, à errância, ao delírio daqueles que se acostumaram a aceitar conceitos que eles mesmos elaboram como definitivos privilegiam alguns e entrega à desgraça muitos outros, devem ser constantemente denunciados. Não há por que temer mudar ideias, rever conceitos e metodologias, refazer opiniões, definições, assumir erros, sentir vergonha e pesar por ter pensado tão equivocadamente em algum momento; não, não por que temer recompor os quadros de referência que conduzem as decisões mais importantes da vida. Certezas inabaláveis e imutáveis constroem muros e acendem fogueiras podem interditar o fluxo de criatividade e carbonizar as potências de existir. Defenda as rosas primeiro. Depois pense nas ideias sobre elas.

Nenhuma fogueira inquisitorial tem o poder de destruir o perfume e a memória na pele de uma rosa que atravessa a vida de alguém e o faz descobrir um mundo completamente diferente daquele ao qual estava habituado, pois faz desabrochar sensibilidades, outros pontos de referência, outra maneira de ser e existir. A vida com todas as suas possibilidades, potencialidades, acasos, encontros e desencontros sempre será mais interessante do que os conceitos. O asceticismo da inteligência religiosa ou não é incapaz de superar a experiência tátil, afinal, conforme Michel Serres (2004, p. 17), “a cabeça é ingênua. O corpo é genial”:

Quem experimenta? Quem inventa? O corpo. Quem flutua, corre e voa, em êxtase arcangélico quando levita banhado pela intuição bem-aventurada? O corpo, sempre ele. Inteiramente nu. Preservada pelos aparatos maquinais da lógica e da memória, deixem-nos então para as máquinas; a inteligência permanece inútil e embotada sem o corpo alado (Serres, 2004, p. 141).

O filme termina sem que saibamos o nome da rosa que encantou o jovem monge e o fez experimentar do prazer corporal, o prazer da existência em seu deleite real.

Todas as coisas nomeadas no filme e todos os métodos utilizados para a investigação e busca da verdade, passaram ao segundo plano, quando o corpo irrompeu na história e desestabilizou certezas. O que antes era primordial tornou-se trivial. O que antes era inegociável cedeu ao poder da relação corpo a corpo. A rosa recebeu vários nomes, mas nenhum foi capaz de retirá-la a condição de rosa. Ser corpo é ser no mundo. Ser no mundo é ser inesgotável à medida que nos movemos e existimos.

Exatamente por ser assim, por ser a vida mesma e as rosas que existem nos jardins da existência os responsáveis por nos humanizar, lutemos por uma razão aberta, e jamais sejamos capazes de ir à fogueira ou lançar chamas sobre alguém por uma opinião qualquer que seja, afinal, nossas certezas não tão confiáveis quanto imaginamos. Lutemos pelo direito de mudar de opinião quantas vezes quisermos para acolher, perceber outros mundos, olhar as pessoas, sentir os corpos, criar espaços, ambientes e ambiências em que esses corpos poderão se expressar como quiserem. Amar e viver o amor é um ato revolucionário contra os hábitos conservadores do pensamento que se satisfaz com a primeira das sínteses possível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de antigo, o filme interpretado neste trabalho continua a ser uma fonte para surgimento de criticidade e reflexividade. Não poderia ser diferente, já que é fruto de um clássico da literatura mundial. Outras leituras poderão ser feitas e articuladas, porém a obra permanece ecoando sua pertinência. Propor a leitura que este artigo propôs pode servir para que outros textos sejam feitos. As perguntas que ficam são estas: mesmo que façam outras abordagens, que lugar conferirão ao corpo, nossa experiência primeira do mundo? Continuarão a dissimular e permanecerem resguardados em suas maneiras de interpretar a realidade incapazes de mudar? O que dirão do amor, nossa experiência de sermos humanos? O que dirão da fé institucional?

Transitarão pelo senso mais banal de que a religiosidade medieval do ponto de vista da modernidade era política, social e culturalmente maldosa?

Se transitarem, perderão a oportunidade de dizer outras e mais coisas. Se esquecerem do corpo, esquecerão daquilo que somos. Se trivializarem o amor como uma questão piegas demais para ser levada a sério, esquecerão quem podemos ser de bom. A interpretação feita aqui é uma dentre várias que podem ser feitas, mas a rosa, mesmo sem nenhuma palavra, continuará a olhar nos olhos de quem assiste ao filme, convocando a sensibilidade dos seus espectadores, para que não se percam em racionalismos estéreis.

Pensem mais e diferente. Ousemos, transformemos, sejamos corpo de fato, inclusive quando pensarmos e definirmos, com tudo que lhe pertence: afecções, vontades, desejos, potencialidades, sexualidade, inteligibilidade, intencionalidade, subjetividade. Não apenas como ideias ou reconhecimentos teóricos, mas como experimentação no curso da história, na relação com a espacialidade, na política, na fé, na vida, que não deve ser apenas algo sobre o que discursamos, mas sim algo que experimentamos e percebemos que estamos experimentamos a cada novo encontro, a cada nova sensação, a cada nova incursão. Será isso ou continuaremos a apenas falar e as falas não terão correspondência com o que somos. Lembrar que o nome disso é hipocrisia significa dizer o mais fácil. Isso é, também, um desserviço à existência.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALVES, R. **Pimentas**: para provocar um incêndio, não é preciso fogo. 2.ed. São Paulo: Planeta, 2014.

ALVES, R. **Sobre demônios e pecados**: das armadilhas da mente, desejos e superstições. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2018.

ECO, U. **Os limites da interpretação**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FILORAMO, G.; PRANDI, C. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ato-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 17.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

MORIN, E. **Conhecimento, ignorância, mistério**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, E. **Meus demônios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SERRES, M. **Variações sobre o corpo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.